

HABEAS CORPUS Nº 491.212 - RJ (2019/0027911-8)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : EMANUEL QUEIROZ RANGEL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : DANIELA LUCINDO SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de DANIELA LUCINDO SILVA, em face de r. **decisum** de em. Desembargador do eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**, que indeferiu a liminar pleiteada em **writ** naquela Corte impetrado.

Depreende-se dos autos que a paciente teve sua prisão em flagrante convertida em preventiva e, posteriormente, foi condenada como incurso nas sanções previstas nos artigos 33, caput, e 35, c/c art. 40, inciso IV, todos do Código Penal, às penas de **9 anos e 4 meses de reclusão**, mais 1399 dias-multa, em regime inicial fechado, sendo **negado-lhe o direito de recorrer em liberdade**.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação do decreto prisional. O em. Desembargador Relator indeferiu a liminar.

Daí o presente **mandamus**, no qual o impetrante repisa os argumentos lançados no **writ** originário, reafirmando a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na ausência de fundamentação idônea a justificar a decretação de sua segregação cautelar.

Requer, assim, a revogação da prisão preventiva ou a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, em razão de a paciente ser "*lactante*

e mãe de duas crianças menores de 12 anos de idade" (fl. 4).

Liminar indeferida às fls. 54-56.

Informações prestadas às fls. 62-67.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 69-71, pelo não conhecimento do **writ**, em parecer com a seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO NO HC ORIGINÁRIO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. CONVERSÃO EM PRISÃO DOMICILIAR. IMPOSSIBILIDADE. STF. HC COLETIVO 143.641/SP. MÃE DE MENOR DE 12 ANOS. EXCEÇÃO À CONCESSÃO. APREENSÃO DE GRANDE QUANTIDADE DE DROGAS E PETRECHOS UTILIZADOS NO TRÁFICO DE ENTORPECENTES NA RESIDÊNCIA DA PACIENTE. LOCAL DE MORADIA DA CRIANÇA. CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS QUE NÃO INDICAM A ADEQUAÇÃO DO BENEFÍCIO. PELO NÃO CONHECIMENTO DO WRIT" (fl. 69).

É o relatório.

Decido.

O presente **habeas corpus** encontra-se prejudicado.

Verifica-se, inicialmente, que o presente **writ** investe contra decisão proferida por em. Desembargador de Tribunal de Justiça que denegou o pedido liminar em **habeas corpus** impetrado na origem.

Sobre o tema, contudo, insta consignar que a jurisprudência desta eg. Corte há muito já se firmou no sentido de que, ressalvadas hipóteses excepcionais, descabe o instrumento heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar **indevida supressão de instância**.

Tal matéria encontra-se, inclusive, sumulada, conforme se depreende do enunciado sumular nº **691/STF**, **in verbis**: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra

decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar".

Na hipótese, ainda, não verifico a ocorrência de **flagrante ilegalidade** capaz de ensejar o afastamento do óbice contido no enunciado sumular referido, razão pela qual o **não conhecimento** do presente writ é medida que se impõe.

Nesse sentido a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça:

"PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. MENÇÃO À QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA (268,3 G DE MACONHA) NA DECISÃO DO JUÍZO SINGULAR. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE INDEFERIU MEDIDA DE URGÊNCIA EM MANDAMUS ORIGINÁRIO. SÚMULA 691/STF. APLICABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CAPAZ DE JUSTIFICAR O ABRANDAMENTO DO ÓBICE. INEXISTÊNCIA. INDEFERIMENTO LIMINAR DO WRIT QUE DEVE SER MANTIDO.

1. Evidenciada a inexistência de constrangimento ilegal capaz de justificar o abrandamento do óbice da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, uma vez que o Magistrado singular ao converter a prisão em flagrante da paciente em prisão preventiva o fez com menção à quantidade de droga apreendida (268,3 g de maconha) e à quantidade de munições de calibre 12.

2. Pedido de reconsideração, às fls. 68/69, recebido como agravo regimental. Agravo regimental improvido" (RCD no HC n. 397.283/MG, Sexta Turma, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, DJe de 24/05/2017).

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ATO COATOR: DECISÃO SINGULAR DE DESEMBARGADOR DA INSTÂNCIA DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA OU ILEGALIDADE MANIFESTA QUE AUTORIZA A RELATIVIZAÇÃO DA DIRETRIZ DA SÚMULA 691 DO STF. ROUBO COM EMPREGO DE ARMA E CONCURSO DE PESSOAS, TENDO SIDO A VÍTIMA AMARRADA, VENDADA E ABANDONADA EM LOCAL ERMO. FUNDAMENTOS CONCRETOS A EVIDENCIAR FUMUS COMISSI DELICTI E PERICULUM LIBERTATIS. AGRAVO REGIMENTAL NÃO

PROVIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, entende que não cabe habeas corpus contra decisão que indefere liminar na origem.

2. Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado (HC 318.415/SP, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 4/8/15, DJe 12/8/15).

3. No caso destes autos, não há ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia a autorizar a concessão da ordem de ofício, pois a prisão preventiva encontra-se baseada não apenas na gravidade abstrata do tipo penal, mas também nas circunstâncias específicas do delito praticado no caso concreto e em suas consequências, tratando-se de roubo com emprego de arma e concurso de pessoas, tendo sido a vítima amarrada, vendada e abandonada em local ermo, tudo a evidenciar periculum libertatis. Quanto ao fumus comissi delicti, outrossim, as instâncias ordinárias consideraram suficientes os indícios de autoria.

4. Agravo regimental não provido" (AgRg no HC n. 392.268/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 07/04/2017).

Ademais, segundo informações prestadas pelo eg. Corte de origem, às fls. 64-67, verifica-se a **superveniência do julgamento de mérito do habeas corpus originário**. Desse modo, forçoso reconhecer a prejudicialidade do presente **mandamus**, tendo em vista a perda superveniente de seu objeto, uma vez que os seus argumentos, expostos contra a decisão monocrática indeferitória da medida liminar, restaram superados com o julgamento definitivo do **habeas corpus** da origem.

Nesse sentido, o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR QUE INDEFERIU PEDIDO LIMINAR. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ÓBICE DA

SÚMULA 691 DO STF.

1. *Nos termos do enunciado da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, "não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de 'habeas corpus' impetrado contra decisão do relator que, em 'habeas corpus' requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar".*

2. *O referido óbice é ultrapassado tão somente em casos excepcionais, nos quais a evidência da ilegalidade é tamanha, que não escapa à pronta percepção do julgador, o que, todavia, não ocorre na espécie.*

3. *A superveniência do julgamento de mérito do habeas corpus originariamente impetrado torna prejudicado o presente writ, visto que uma nova decisão foi proferida, substituindo o decisum aqui atacado, qual seja, o que indeferiu a liminar pleiteada no remédio constitucional lá impetrado.*

4. *Agravo regimental não provido" (AgRg no HC n. 289.064/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe de 15/9/2014, grifei).*

Ante o exposto, **julgo prejudicado o presente habeas corpus.**

P. e I.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator